

## **PIONEIROS PARA O CAFÉ: A EXPERIÊNCIA DE COLONOS PORTUGUESES EM NOVA LOUSÃ, NO INTERIOR DE SÃO PAULO**

*OSWALDO TRUZZI*

*ANA SILVIA SCOTT*

### **INTRODUÇÃO**

Abordar o fenômeno imigratório português para o Brasil é uma tarefa que comporta dificuldades que vão além daquelas que, normalmente, os estudiosos encontram ao privilegiar o estudo de grupos imigrantes de outras nacionalidades. Nem sempre os portugueses utilizavam os mesmos mecanismos de inserção na sociedade receptora que eram empregues por outros imigrantes estrangeiros. O fato de dominarem a língua do país de acolhimento lhes conferia uma certa autonomia e vantagem em relação aos demais.

Outro fator que deve ser levado em consideração é a própria rede informal de solidariedade e amizade que funcionava entre eles. Os conterrâneos que já estavam integrados na sociedade de acolhimento mantinham contatos com aqueles que se dirigiam à nova terra e que, com isso, poderiam dispor do auxílio dos compatriotas na busca das primeiras acomodações e da primeira oportunidade de trabalho. Isto permite que suponhamos que uma parcela dos recém-chegados não passasse pelos canais normais de recepção e encaminhamento destinados aos imigrantes estrangeiros como, por exemplo, a Hospedaria dos Imigrantes, instalada no bairro do Brás em São Paulo.

Acresça-se, ainda, o fato de que a maioria dos imigrantes de outras nacionalidades dirigia-se, no caso paulista, às fazendas de café no interior da Província/ Estado de São Paulo, enquanto que o imigrante português muitas vezes optava por dedicar-se a outras atividades, principalmente o comércio, o que o conduzia com frequência a instalar-se em áreas urbanas. As histórias da vinda de caixeiros para o Brasil, integrados a uma rede comercial e de parentesco transatlântica, foi um tema tratado pela recente historiografia portuguesa.<sup>1</sup>

Além disso, uma vez absorvidos pela comunidade receptora, praticamente não deixavam rastros fáceis de serem recuperados, pois se tornava virtualmente impossível distingui-los da população brasileira em geral, e identificá-los positiva e individualmente como portugueses. Este fato confere uma relativa invisibilidade à imigração de origem portuguesa, pois eles não se distinguem pelos mesmos atributos de outros estrangeiros como, por exemplo, os nomes

---

<sup>1</sup> Veja-se, por exemplo, no importante trabalho de (Rowland, 1998), o tratamento dado pelo autor a esta questão.

de família, que são mais facilmente identificáveis nas fontes documentais utilizadas. Depois de sua entrada no Brasil, o imigrante português praticamente tem sua presença diluída na população brasileira em geral. Assim, estudar o problema da imigração portuguesa para o Brasil comporta um nível de dificuldade maior, que não só pode explicar a carência de estudos sobre o tema como sugere que outras abordagens, metodologias e fontes sejam utilizadas.

A perspectiva que procuramos avançar nesta pesquisa procura apreender o processo migratório no campo das práticas sociais, tendo como campo de observação inicial uma localidade do Distrito de Coimbra, a partir de meados do século XIX. Esta linha nos faz privilegiar uma vertente de pesquisa de *cunho empírico*, que induz a utilização de uma documentação de natureza local, mais próxima do viver e do sentir dos agentes históricos envolvidos nos fenômenos migratórios, conforme sublinhou Alves.<sup>2</sup>

Desta forma, fez-se uma opção clara pela aplicação de metodologias micro analíticas, pois estas, ao elegerem a comunidade como espaço privilegiado de análise, possibilitam o estudo aprofundado das questões relativas à migração para o Brasil, não perdendo de vista a vivência cotidiana anterior dos indivíduos e das famílias envolvidas do processo migratório.

Esta opção ancora-se no reconhecimento da incapacidade que a análise agregada tem (e que dá suporte às leis, tipologias ou modelos) de esgotar a explicação do fenômeno, a qual passa pela observação contextualizada do meio social de partida do emigrante, do grupo familiar e do próprio indivíduo, nela convergindo fatores estruturais e históricos, uma vez que existem formas de adaptação societal à migração tão diversificadas localmente, que nenhuma teoria geral de emigração pode cabalmente explicar.<sup>3</sup>

Aceder à configuração multifacetada da migração exige, como nos lembra Alves, a multiplicação das escalas ou patamares de observação (Alves 1994:14). Por isso importa, além de rastrear a corrente migratória enquanto volume e características gerais, penetrar também no mundo da família, enquanto espaço de decisão ao nível do grupo econômico, social e afetivo. Importa seguir trajetórias individuais, procurando identificar comportamentos, tensões e projetos do emigrante e de sua família e as oportunidades de sua concretização (ou não) na nova terra. Procura-se conjugar, na medida do possível, o quantitativo e o qualitativo, numa perspectiva integrada de pesquisa.

Além disso, as redes familiares ou de vizinhança, responsáveis pela introdução de grande número de emigrantes, especialmente no caso da imigração portuguesa para o Brasil, só emergirão a partir de estudos qualitativos, uma vez que é um fenômeno de difícil quantificação, dada a sua natureza informal.

---

<sup>2</sup> ALVES, 1993.

<sup>3</sup> ALVES, 1994:12-13.

Uma das saídas possíveis para contornar essa dificuldade, como vimos, está na possibilidade de encontrar-se um grupo de portugueses inseridos num espaço, físico e temporal determinado, o que permitiria ao pesquisador estudá-los como um grupo diferenciado do restante da população, como normalmente é feito para as outras nacionalidades.

O Núcleo Colonial de Nova Lousã oferece esta possibilidade, por isso privilegia-se uma abordagem que coloca em confronto prismas diversos da migração portuguesa, focando inicialmente os espaços de partida e de chegada, na linha dos estudos desenvolvidos por Pescatello,<sup>4</sup> ou as abordagens encontradas nos trabalhos de Baganha.<sup>5</sup>

#### O PONTO DE PARTIDA E O PONTO DE CHEGADA

O Concelho da Lousã, localizado no Distrito de Coimbra, é formado, além da Vila da Lousã, pelas localidades de Casal de Ermio, Foz de Arouce, Serpins e Vilarinho. No que diz respeito ao fenômeno da emigração neste Concelho, já era antiga com relação à região de Lisboa. Para o Brasil, a emigração foi iniciada em finais do século XIX, conforme reza a tradição tendo, progressivamente, se alongado para os Estados Unidos da América, culminando, em tempos mais recentes com a saída para a Europa.<sup>6</sup>

Como as atividades que caracterizavam esta região não eram suficientes para satisfazer toda a demanda de dinheiro, necessário aos impostos, às compras que se faziam na vila e aos juros dos empréstimos contraídos desde, pelo menos, a segunda metade do século XIX, os homens iam durante um período curto trabalhar fora, geralmente nas ceifas dos latifúndios do Alentejo e dos campos espanhóis. As casas com maior número de filhos, quando tinham braços excedentes, punham alguns deles a servir durante um ou dois anos como criado numa daquelas famílias onde houvesse necessidade de mão-de-obra complementar.

Além disso, uma espécie de alargamento dessa tradicional mobilidade temporária e masculina se verifica quando os homens, por volta dos dezoito anos de idade, vão trabalhar durante dois ou três anos em Lisboa, geralmente no cais ou noutros trabalhos pesados, ou vão emigrar durante um período de alguns anos para o Brasil e mais tarde para os Estados Unidos. A ida para o estrangeiro também podia significar, para muitos, a fuga a um serviço militar longo e indesejado.<sup>7</sup>

---

4 Pescatello, 1970.

5 BAGANHA, 1990.

6 MONTEIRO [1985], 1993.

7 MONTEIRO, 1993: 326-327.

De qualquer modo, um destes Lousanenses, João Elisário de Carvalho Montenegro, emigrou para o Brasil, por volta de 1840 quando partiram da Lousã as primeiras levas com destino à América. Esta emigração deveu-se, em parte, à diminuição do trabalho sazonal ao sul do Tejo na segunda metade do XIX.<sup>8</sup>

Foi no dia 6 de Fevereiro de 1867 que o Comendador Montenegro fundou no Brasil a *Colônia Portuguesa da Nova Lousã*, localizada na freguesia do Espírito Santo do Pinhal, município e comarca da cidade de “Mogy-mirim, de onde dista tres léguas”.

Esta colônia foi instalada originalmente numa área de 200 alqueires, adquirida por Montenegro em 25 de janeiro de 1867, conforme escritura pública lavrada no livro de notas do escrivão do Juízo de Paz da freguesia de *Mogy-guassú*.

As informações sobre esta colônia foram obtidas, inicialmente através de Paulo Miceli, na Separata da revista de divulgação cultural *Arunce* (1991), referente a artigo originalmente publicado no *D.O Leitura*, em 1990.

Ao examinar os documentos depositados no Centro de Memória da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), que Miceli encontrou um *Opúsculo* sobre a Colônia Nova Lousã, relatando as idéias que o Comendador Montenegro tinha sobre a imigração que se efetivava para a Província de São Paulo e as propostas concretas que ele vislumbrava para os problemas que ocorriam em relação ao sistema vigente.

No seu *Opúsculo* o fazendeiro Montenegro tece considerações sobre o sistema que vigia na província. Era o sistema de parceria que determinava as relações de trabalho entre fazendeiros e colonos. Segundo o autor do *Opúsculo*, contudo, este sistema “só tem servido para desacreditar a colonização na Europa”.<sup>9</sup>

Na Colônia de Nova Lousã o sistema vigente era outro. E por isso iniciativa tinha sucesso, segundo o seu fundador, pelo fato de que “o systema adoptado no estabelecimento, para a retribuição do serviço, é o salário mensal, o único systema que deixa de produzir descontentamentos nos colonos”.

As numerosas considerações do fazendeiro, discutidas no seu *Opúsculo*, não serão aqui retomadas no seu todo e o leitor interessado no *modus operandi* da Nova Lousã poderá consultar outro artigo de nossa autoria no qual discutimos a fundo as relações de trabalho vigentes na colônia.<sup>10</sup>

---

8 Para uma biografia do Comendador Montenegro, consultar Freitas (2013).

9 MONTENEGRO, 1872: 2.

10 TRUZZI e SCOTT, 2005.

## A) OS NÚMEROS DA NOVA LOUSÃ:

### UMA ANÁLISE QUANTITATIVA DO NÚCLEO COLONIAL

Pelo Mapa Geral temos o registro de 154 indivíduos que entraram para a colônia, desde a sua fundação em 1867. Deste total apenas registram-se 22 mulheres, contando a colônia com 132 indivíduos do sexo masculino. Esta primeira observação sobre o perfil dos colonos não diferencia este grupo de imigrantes originários da Lousã do quadro mais geral sobre o imigrante português, onde constatamos um predomínio acentuado dos homens sobre as mulheres.

A análise do estado matrimonial dos colonos, no momento em que deram entrada na colônia também se enquadra no perfil do imigrante de origem lusa: apenas 29 colonos eram casados, 02 eram viúvos, 120 solteiros e 03 com estado matrimonial indeterminado.

De fato, ao comparamos estes dados específicos da Colônia de Nova Lousã com, por exemplo, o primeiro recenseamento geral da população no Brasil, efetuado no ano de 1872 (portanto na mesma época, aproximadamente, que estamos tratando) verifica-se que entre a população de origem portuguesa recenseada em São Paulo, contamos com um total de 6.867 portugueses, sendo 5.434 homens e 1.433 mulheres. Isto perfaz uma porcentagem de 20.8% de mulheres entre a população imigrante lusa e 79,2% de imigrantes do sexo masculino. Na população encontrada na Colônia da Nova Lousã a porcentagem de mulheres era ainda inferior àquela encontrada para a população imigrante portuguesa para a província de São Paulo como um todo. Na Nova Lousã temos, entre a população que entrou entre 1867 e meados da década de 1870, apenas 14.3% de mulheres para um montante de 85.7% de homens.

Tabela 01  
Sexo X Estado Matrimonial

Sexo / E. M.	Casados	Solteiros	Viúvos	Indet.	Total
Feminino	09	13	-	-	22
Masculino	20	107	2	3	132
Total Geral	29	120	2	3	154

No que diz respeito às profissões declaradas no Mapa Geral, são duas as características a chamar a atenção do pesquisador. Em primeiro lugar a ausência de ocupações específicas para as mulheres. Nenhuma delas aparece neste mapa geral com uma profissão declarada. A segunda característica, por outro lado, é a diversidade das ocupações, a maioria delas, à primeira vista, não ligadas diretamente às atividades agrícolas, que serviriam melhor ao núcleo colonial, que era voltado à produção do café.

De um total de 130 indivíduos do sexo masculino, com profissões definidas (2 indivíduos com informação indeterminada), apenas 5 declararam-se “lavradores” (apenas 3.8% dos colonos). A ocupação de “trabalhador”, entretanto, aparece num total de 62 indivíduos (47.7%). Esta ocupação genérica de “trabalhador”, pelo que podemos observar, a partir das análises de Monteiro,<sup>11</sup> sobre a região da Lousã, indica que este era um termo comumente utilizado naquela área, e que se ligava à condição de agricultor. Segundo Monteiro, “a diferenciação profissional em cada lugar era quase nula: todos tinham a mesma condição de agricultores”.

Este novo dado muda um pouco a perspectiva: se os “trabalhadores” estão tradicionalmente ligados às atividades agrícolas, temos um total de 51.5% de homens envolvidos neste ramo. Ou seja, estes dados enquadram-se no perfil desejado, de imigrantes aptos ao trabalho na agricultura, especificamente na lavoura cafeeira.

Observemos, na sequência, o leque das outras profissões dos colonos da Nova Lousã. Sublinhe-se que aparecem na tabela abaixo apenas os indivíduos que têm ocupações diferentes de *trabalhador* e de *lavrador*.

A ocupação mais comum, depois dos trabalhadores, é a de carpinteiro. Desde a fundação do núcleo até meados da década de 1870, contaram-se 11 carpinteiros.

Note-se que estes indivíduos não permaneceram muito tempo na Colônia. De fato, no momento da elaboração do mapa geral, apenas havia um carpinteiro entre os moradores da Nova Lousã, o colono Francisco Guilherme Rodrigues, que chegou no grupo dos primeiros colonos trazidos pelo Comendador Montenegro, entrando na fazenda no dia seis de fevereiro de 1867. Os dez carpinteiros restantes deixaram a colônia em intervalos variados (desde poucos meses até períodos de cinco anos), mas a maioria deles ao deixar a colônia permaneceu no Brasil. Apenas dois deixaram o país, com destino às colônias portuguesas na África, dirigindo-se a Luanda. Os que aqui permaneceram, três optaram pela cidade de Mogi Mirim (próxima à colônia), dois pela cidade de São Paulo, um para o outro núcleo colonial fundado pelo Comendador Montenegro (o Nova Colômbia, na região de Campinas), outro para a cidade de Amparo e um dos carpinteiros teve o seu destino dado como ignorado.

Devemos notar que há um conjunto de indivíduos que se declarou como *negociante*, que se forem somados aos que se dedicam a *negócios* (3) e ao *negócio volante*, formam um grupo de dez indivíduos. Infelizmente não temos uma definição mais clara sobre o tipo de “negócios” a que se dedicavam, já que estamos limitados aos dados do mapa geral.

---

11 MONTEIRO, 1985: 71.

Tabela 02  
Profissões não relacionadas à agricultura registradas na Nova Lousã

Profissão	Total	Profissão	Total
Carpinteiro	11	Carroceiro	1
Negociante	6	Cocheiro	1
Carroceiro proprietário	4	Cozinheiro	1
Carreiro	3	Empregado doméstico	1
Negócio	3	Empregado em um hotel	1
Pedreiro	3	Empregado em uma cocheira	1
Sapateiro	3	Empreg. fábrica de tecidos	1
Alfaiate	2	Empreiteiro na E.F.	1
Empregado em fábrica de tecido	2	Ferreiro	1
Empregado na E.F. Paulista	2	Negócio volante	1
Feitor de Terreiro	2	Proprietário da Nova Lousa	1
Telheiro	2	Sócio em um hotel	1
Administrador	1		

Entre os negociantes apenas um era dado como residente na Nova Lousã à época da elaboração do mapa geral. Trata-se de Antonio Serra Henriques, que chegou também na época da fundação da colônia, em fevereiro de 1867, indivíduo ao qual voltaremos mais adiante, numa análise de caráter qualitativo. Dos nove indivíduos restantes, um retornou a Portugal, pouco menos de dois anos após ter se transferido para a colônia. Repare-se também que os indivíduos que se dedicavam a negócios optaram por deixar a colônia e se transferir para áreas urbanas mais importantes, como São Paulo, Santos, Mogi Mirim (um para cada cidade) e quatro deles dirigiram-se a Campinas, importante centro urbano em área produtora de café.

Outras atividades profissionais registradas foram: carroceiros (4), carreiro (3), alfaiate, pedreiro, telheiro, entre outras ocupações típicas de núcleos urbanos, indicando muitos dos indivíduos dedicavam-se a outras atividades acessórias ao mundo das fazendas de café.

A porcentagem de indivíduos que deixaram a colônia desde a sua fundação até a elaboração do mapa geral somou 44% dos indivíduos. Do número total de 154 indivíduos arrolados no mapa geral, encontramos a referência à data de saída para 68 deles, significando que, no momento da elaboração do mapa, a Colônia Portuguesa da Nova Lousã contava então, com 86 colonos.

O que significa este montante em relação a outros núcleos coloniais existentes na província de São Paulo no período que cobre os anos oitocentos? No Arquivo Público do Estado de São Paulo, onde também efetuamos o levantamento de fontes relativas a esta

investigação, encontramos dados sobre outros núcleos coloniais paulistas, que podem fornecer um parâmetro comparativo.

De 12 núcleos pertencentes a proprietários particulares, encontramos imigrantes de origem portuguesa radicados em todos. Encontramos a informação sobre o número de famílias e o total de indivíduos portugueses. A maior parte dos núcleos está na região próxima a Campinas, em áreas produtoras de café, como seria de esperar. O principal núcleo concentrador de imigrantes portugueses, o Núcleo Colonial Senador Vergueiro (Limeira), que reúne 55 famílias e um total de 258 portugueses, e o proprietário é Nicolau de Campos Vergueiro, importante fazendeiro paulista. A seguir temos o Tatu, de propriedade de Cândido José da Silva Serra, com 27 famílias portuguesas, que perfaziam um total de 108 indivíduos. Na sequência, aparece o Núcleo Colonial Boa Vista pertencente à Benedito Antônio de Camargo, no município de Rio Claro, com 11 famílias e 63 indivíduos.

Por estes dados temos a noção de que a Colônia da Nova Lousã estava entre os núcleos mais importantes na recepção de imigrantes portugueses, ficando atrás apenas de dois outros núcleos particulares, pertencentes a membros das famílias da elite cafeeicultora paulista. Isso dá uma ideia da magnitude do empreendimento de José Elizário de Carvalho Montenegro.

Tabela 03

Colônias na Província de São Paulo e quantidade imigrantes de origem Portuguesa

Nome da Colônia	Localidade	Proprietário	Nº de famílias Portuguesas	Total de Portugueses
Senador Vergueiro	Limeira	Nicolau de Campos Vergueiro	55	258
Cresciumal	Pirassununga	Francisco Antonio de Souza Queiroz	3	14
Morro Azul	Limeira	Joaquim Francisco de Camargo	9	35
Boa Vista	Rio Claro	Benedito Antonio de Camargo	11	63
Boa Vista	Rio Claro	D. Anna Joaquina Nogueira de Oliveira	9	38
São José do Morro Grande	Rio Claro	João Ribeiro dos Santos Camargo	5	23
Tatu	Limeira	Cândido José da Silva Serra	27	108
Cap. Diniz	Limeira	Joaquim da Silva Diniz	3	10
Boa Vista	Campinas	Floriano de Camargo Penteado	4	18
Sítio Novo	Campinas	Antonio Reis Barboza	4	19
Dores	Campinas	Pedro José dos Santos Camargo	6	25
São Francisco	Campinas	Francisco Camargo Penteado	1	5
Fonte: DAESP – Colônias				



Baseadas nas fontes citadas, podemos concluir então que o perfil do imigrante português que se dirigiu à Nova Lousã não diferia do padrão típico da imigração portuguesa da segunda metade do XIX: na maioria, homens solteiros. Portanto parece que não havia uma política seletiva do proprietário da colônia que visasse especificamente a introdução de famílias para trabalhar nas terras da sua fazenda. Pelo contrário, vimos até que a percentagem de mulheres na Nova Lousã era sensivelmente inferior ao montante geral dos imigrantes portugueses radicados na província de São Paulo. Parece que a idéia era trazer homens capazes de trabalhar na dura lida do café.

#### B) RECUPERANDO PERCURSOS FAMILIARES: A FAMÍLIA DE ANTONIO SERRA E ROZALIA DE JESUS

Localizamos entre os passaportes depositados no Arquivo da Universidade de Coimbra, os registros que possibilitam resgatar a história da família de Antonio da Serra<sup>12</sup> e sua mulher Rozalia de Jesus, que se encontram entre os primeiros colonos que se radicaram na Nova Lousã.

O registro de passaporte de número 938, datado de 13 de novembro de 1866, indica que Antonio da Serra solicitava o documento para viajar ao Rio de Janeiro, saindo pela cidade do Porto:

Antonio da Serra, trabalhador, natural da Favariça, Concelho da Lousã, 44 anos, 1,63m, rosto comprido, cabelo preto, sobr'olhos pretos, olhos castanhos, nriz refregular, boca regular, barba /...?/, cor natural, válido por 60 dias para o Rio de Janeiro pela cidade do Porto, abonado por documentos com que satisfez ao disposto no regulamento geral de polícia de 7 de abril de 1863, levando em sua companhia sua mulher Rozalia de Jesus e seus filhos João Serra, Manoel da Serra, Maria Serra, Anna Serra, Maria da Piedade, Antonio da Serra e Eduarda Serra.

A história deste casal é interessante, pois vemos que Antonio não era um indivíduo que possa ser considerado pobre. Vinha de uma família cujo pai era proprietário, e que nos censos eleitorais era tido não só como eleitor, mas tinha sido arrolado também como deputado no censo relativo a 1852. Como seu pai, o próprio Antonio foi registrado no censo eleitoral de 1858. Estar incluído neste tipo de fonte constitui uma grande distinção socioeconômica, pois apenas uma minoria de indivíduos possuía os rendimentos anuais mí-

---

12 Um dos autores é descendente direto de Antonio da Serra.

nimos requeridos para ser considerado eleitor, ou para integrar o grupo dos elegíveis. Pela legislação eleitoral de 1852 (primeiro ano que temos esta fonte disponível para a Lousã), a condição para ser eleitor era ter uma renda líquida anual de 100\$000 réis, provenientes de bens de raiz, capitais, comércio, indústria, ter emprego inamovível e ser maior de idade. Entre os eleitores havia ainda o grupo considerado elegível para os cargos públicos, e estes teriam que ter uma renda anual equivalente a 400\$000, ou obedecer aos outros quesitos definidos (Scott, 1999). Só isto mostra que Antonio desfrutava de uma condição social acima da média de seus conterrâneos. Emigrou, mas curiosamente, no passaporte foi dado como *trabalhador*, condição bem mais humilde do que aquela que se deixa entrever, com base nos censos eleitorais. Infelizmente a ocupação declarada no censo eleitoral de 1858 aparece rasurada e só indica que Antonio era “oficial /.../”. Portanto, algum motivo o leva a declarar outra atividade no momento da emigração.

Do Mapa Geral, examinado anteriormente (referente ao ano de 1875), vemos o registro de Antonio da Serra, a cujo nome foi adicionado ainda o sobrenome Henriques, dado como casado e entrado na colônia em 6 de fevereiro de 1867. Neste mapa geral informa-se que Antonio da Serra era *negociante*, o que nos sugere um movimento de ascensão social para a família. Encontramos também, no referido mapa, sua mulher Rozalia, embora com o nome registrado de forma diferente: Rosaria Serra, casada e residente na Nova Lousã.

Quanto aos filhos do casal, João, Manoel, Maria de Jesus, Anna, Maria da Piedade, Antonio e Eduarda, todos foram arrolados no mesmo mapa, embora tenhamos encontrado algumas variações de nome, a exemplo do que ocorreu no caso de Rozalia. Podemos, entretanto, ter a certeza de que são os mesmos indivíduos, pois todos apresentam a mesma data de entrada na colônia que os seus pais.

A experiência migratória vivenciada pela família Serra mostrou que seus filhos tiveram opções diferentes quanto aos seus destinos nos anos que seguiram a instalação na Nova Lousã.

Para os filhos do sexo masculino, João, Manuel e Antonio, tudo indica que não se colocou a possibilidade de retornar à terra natal. Encaminharam suas vidas na terra de acolhimento. Até 1875 todos ainda residiam na Nova Lousã, e tinham como profissão, respectivamente: carreiro, empregado doméstico e trabalhador. Não há indícios que se tenham casado ou tido filhos na Nova Lousã, nos dados coletados nos registros paroquiais relativos aos habitantes do núcleo colonial.

As suas filhas, por outro lado, tiveram uma vida familiar construída na Nova Lousã que, paralelamente, resgatou a ligação com a terra natal. Duas de suas filhas retornaram ao lugar da Favariça, de onde tinham partido alguns anos antes, com seus pais.

Maria de Jesus Serra, solteira, sem ocupação definida, também morava na colônia; Anna Serra, que chegou solteira, sem ocupação definida, casou-se na colônia, conforme nos infor-

ma o Mapa Geral, dado este confirmado por meio dos registros paroquiais de casamento, como veremos adiante; Maria da Piedade, arrolada no mapa geral como Maria da Soledade, solteira, não residia na colônia, mas foi dada como residente na Estrada de Ferro d'Oeste, e havia saído da colônia no dia 26 de fevereiro de 1868, mas o mapa não informa o motivo da saída; por fim, a filha de nome Eduarda Serra, foi registrada como solteira e residente na Nova Lousã. Portanto, oito anos após a chegada desta família ao núcleo, todos, com exceção de uma única filha do casal, permaneciam na mesma localidade.

Desta família pudemos encontrar vários registros entre os assentos de batizado e de casamento depositados no Arquivo da Cúria Diocesana de São João da Boa Vista, que congregou os livros de registro paroquiais da localidade.

Começamos por registrar o casamento de Anna da Serra, filha de Antonio da Serra e Rozaria de Jesus (sic), nome atribuído no registro de passaportes, com Joaquim Couceiro, no dia 25 de dezembro de 1872, sendo padrinhos o proprietário da fazenda João Elizário de Carvalho Montenegro e Joaquim Lopes Coelho, que também residiu na Nova Lousã, tendo chegado em 01 de dezembro de 1871 e lá permanecido até 28 de fevereiro de 1874. Joaquim Lopes Coelho foi dado como negociante, no mapa geral do colonos, sendo residente em Campinas.

O noivo, Joaquim Couceiro, por sua vez, também era natural do Concelho da Lousã, e encontramos também o seu pedido de passaporte, datado de 4 de agosto de 1869:

Joaquim Couceiro, filho d'outro, solteiro, natural da Foz d'Arouce, concelho da Louzã, para Santos pelo porto de Lisboa onde pretende embarcar, com 18 anos de idade, 1,57m de altura, rosto comprido, cabelo preto, sobr'olhos idem, olhos castanhos, nariz regular, boca idem, cor normal.

Ele foi também arrolado no mapa geral da colônia, com o nome de Joaquim Couceiro Arouce, tendo entrado na Nova Lousã no dia 8 de setembro de 1869, pouco mais de um mês depois do registro de passaporte ser solicitado. A ocupação de Joaquim era a de ferreiro e, ao lado de seu nome no mapa geral, aparece a observação que havia se casado na colônia, como de fato indicam os registros paroquiais.

Ana e Joaquim mantiveram uma relação que precedeu o casamento, pois registramos o batizado de Afonso Albuquerque, nascido em 03 de fevereiro de 1872, quando o casamento de Ana e Joaquim somente foi realizado em dezembro daquele mesmo ano. Portanto a criança nasceu na condição de natural, sendo legitimada após o casamento de seus pais. Afonso foi batizado em 24 de junho de 1874 pelos padrinhos João Elizario de Montenegro e Maria de Jesus, tia paterna do batizado, residente em Lisboa, sendo o seu representante Francisco Guilherme Rodrigues, autorizado legalmente por procuração (cunhado de Anna, casado com Maria de

Jesus da Serra). Além de Afonso, o casal batizou na Nova Lousã mais um filho, que recebeu o nome de Gil Vicente e também uma filha, Adelaide, batizada em 25 de dezembro de 1876.

Foi justamente Francisco Guilherme Rodrigues que se casou (não sabemos onde, pois não encontramos o registro de casamento) com Maria de Jesus, outra das filhas de Antonio da Serra e Rozalia. Eles batizaram na Nova Lousã pelo menos dois filhos: Alexandre Herculano, em 1870 e Antonio em 1872. Francisco deu entrada na Lousã na primeira leva de imigrantes, junto com a família de sua mulher, com apenas 16 anos de idade, sem profissão declarada no passaporte. No mapa da colônia consta que sua profissão era carpinteiro. Ele era natural da Lousã e residente no lugar do Cabo do Souto. Seu pai, a exemplo do que sucedeu com seu sogro, Antonio Serra, também foi registrado nos censos eleitorais da Lousã. Indicando uma posição socioeconômica mais privilegiada. Francisco Guilherme Rodrigues (pai) fora registrado nos censos eleitorais de 1852, 1854 e 1858 como lavrador.

Outra das filhas de Antonio da Serra e Rozalia também se casou na colônia. Desta feita encontramos o assento do casamento de Maria da Piedade Serra, que foi dada como residente fora da colônia. Maria casou-se, com 16 anos, conforme o assento de casamento lavrado nos livros depositados na Cúria Diocesana de São João da Boa Vista, em 5 de julho de 1875 com Diamantino Caetano de Miranda, de 25 anos. Maria casou-se com licença de seus pais (por ser menor) e foram padrinhos João Elizário de Carvalho Montenegro (como havia ocorrido no casamento de Anna) e Pedro Caetano. Pedro Caetano Miranda, como foi identificado no mapa geral, foi registrado como trabalhador, solteiro e residente na Nova Lousã, tendo entrado na colônia em 19 de dezembro de 1871.

Maria da Piedade Serra, que se casou com Diamantino Caetano de Miranda, aos 16 anos, no dia 5 de julho de 1875, também teve dois filhos batizados na Nova Lousã: João, batizado em 25 de dezembro de 1876 juntamente com Adelaide (filha de Anna da Serra e Joaquim Couceiro), sua prima, como foi referido acima, e João, batizado em 21 de julho de 1878. O retorno destes à Lousã deu-se antes do mês de agosto de 1880, pois neste ano, aos cinco dias do mês de setembro o casal batizou mais uma criança, na Igreja da Lousã, nascida em 24 de agosto de 1880. Os padrinhos foram o avô materno Antonio Serra e a tia Eduarda Serra. Mais duas crianças nasceriam da união de Maria Piedade e Diamantino, Antonio e Augusto, nascidos em 1882 e 1883, respectivamente, tendo como padrinhos, Augusto José Santos, e a avó materna Rosária Serra. Tudo indica, portanto, que Antonio e Rosária voltaram, portanto, à Louzã.

Por fim, Eduarda Jesus Serra, a filha mais nova de Antonio e Rosária, nascida aos 24 de abril de 1864, migrou com os pais, mas retornou a Lousã, em alguma data entre os anos de 1876 e 1883. Casou-se na Lousã nos primeiros dias do ano seguinte (oito de janeiro de 1884), aos 20 anos, na igreja da Lousã com Adelino Caetano Silva de 26 anos de idade, natural do Concelho de Miranda do Corvo, e foram residir no lugar da Favariça, de onde era originá-

ria a família da noiva. No período que temos os registros paroquiais levantados, vimos que Eduarda e Adelino tiveram duas filhas, Julia aos cinco de outubro daquele ano de 1884 e Maria Adelina, nascida em primeiro de agosto de 1886.

O cruzamento das diversas fontes utilizadas mostrou que é possível recuperar o percurso de famílias como a de Antonio Serra e Rozalia de Jesus. O que parece aflorar desta análise pontual é a forte coesão familiar. Esta coesão permanece mesmo depois da saída da terra natal, num ambiente totalmente diverso, representado pela nova vida na fazenda pertencente ao Comendador Montenegro.

Este comportamento familiar parece ter sido uma característica já presente na área de origem, isto é, o concelho da Lousã, do que pode ser depreendido das análises elaboradas por Monteiro.<sup>13</sup>

Ao discutir a questão do casamento Monteiro admite que, tradicionalmente, as relações estabelecidas em cada casamento eram, mais do que relações entre os dois noivos, eram relacionamento entre casas. A partir da análise dos registros de casamento da área que estudou, Monteiro notou, além do mais, o peso importante de casamentos consanguíneos, sobretudo entre primos, com o objetivo de reunir várias propriedades da casa. Para além disso, a endogamia era uma característica da sociedade analisada por Monteiro.

Ora, num espaço confinado como o da colônia, que reunia membros de uma comunidade de origem única, estes indivíduos só poderiam manter, ou até mesmo exacerbar, a tradição que já existia na terra natal de casar entre o grupo. O exemplo da família Serra mostra isso. Quais eram os critérios que presidiam a escolha dos cônjuges e as estratégias matrimoniais que se desenvolveram no novo ambiente para todo o grupo? Até que ponto os mecanismos tradicionais foram recriados? Limites demográficos concretos teriam gerado alteração nas estratégias costumeiras?

Na verdade, para refletirmos com segurança sobre estes temas é fundamental não só o estudo do conjunto da comunidade de imigrantes da Nova Lousã, mas a multiplicação, com enfoque micro analítico, de outros estudos de caso abrangendo a colônia portuguesa.

É um desafio que comporta riscos, mas os resultados obtidos certamente contribuirão para uma imagem renovada e original dos migrantes portugueses que se lançaram à aventura transatlântica e que, frequentemente, escapam por entre os dedos dos pesquisadores, como um punhado de areia nas nossas mãos..

---

13 MONTEIRO, 1985.

## Referências bibliográficas

1993-1994. *Inventário Colectivo dos Registos Paroquiais*. 2 vol. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura.

ALVES, J. F., 1994. *Os Brasileiros. Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*. Porto.

AMORIM, M. N., 1991. *Uma metodologia de Reconstituição de Paróquias*. Braga: Universidade do Minho.

BAGANHA, M. I. B., 1990. *Portuguese Emigration to the United States, 1820-1930*. New York & London: Garland Publishing Inc.

FREITAS, S. M., 2013. *Vida e obra do Comendador Montenegro*. São Paulo: Polo Printer, 2013.

MICELI, P., 1991. Um fazendeiro contra o latifúndio. Separata de ARUNCE – Revista de Divulgação Cultural, nº 5/6 – Jan. / Dez., p.25-32

MONTEIRO, P. F., 1985. *Terra que já foi terra*. Lisboa: Edições Salamandra.

MONTEIRO, P. F., 1993. Emigrantes imigrados: da Lousã ao Connecticut: uma investigação em dois tempos. M. B. N. Silva, M. I. Baganha, M. J. Maranhão e M. H. Pereira (Eds). *Emigração/Imigração em Portugal*. Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (séc. XIX-XX). Lisboa: Fragmentos, p.323-347.

MONTENEGRO, J. E. C., 1872. *Opúsculo sobre a Colonia Nova Louzã*. Campinas: Typographia da Gazeta de Campinas

PESCATELLO, A. M., 1970. *Both ends of journey: an historical study of migration and change in Brazil and Portugal, 1889-1914*. Los Angeles. University of California (PhD)

ROWLAND, R., 1998. Velhos e Novos Brasis. In *História da Expansão Portuguesa*, F. Bethencourt and K. Chaudhuri (Eds). Lisboa: Círculo de Leitores.

SCOTT, A. S. V., 1999. *Famílias, Formas de União e Reprodução Social no Noroeste Portugêses (séculos XVIII e XIX)* (Guimarães: NEPS/Instituto de Ciências Sociais-Universidade do Minho, 1999), 280-88.

SCOTT, A. S. V., 2000. Verso e Reverso da Imigração Portuguesa para o Brasil: o caso de São Paulo entre as décadas de 1820 a 1930. *Oceanos* 44, Out/Dez. p. 126-142

SERRÃO, J., 1982. *A Emigração Portuguesa*. 4ª ed. Lisboa: Livros Horizonte.

TRUZZI, O. e SCOTT, A., 2005. Pioneirismo, disciplina e paternalismo nas relações de trabalho entre proprietário e imigrantes no século XIX: o caso da colônia Nova Lousã, em São Paulo. *História. Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. III Série, vol. 6, pp. 339-354.

TRUZZI, O. e SCOTT, A., 2006/7. Rede de Conterrâneos: a imigração de lousanenses ao Brasil imperial. *Portuguese Studies Review* 14 (2), p. 39-61.